

VIA BOLIVARIANA: de onde vem, para onde vai

VIA BOLIVARIANA: where it comes from, where it goes

Raphael Lana Seabra

Professor Substituto da Universidade de Brasília, DF, Brasil
Doutor em Sociologia

Fabricio Pereira da Silva

Professor da Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil
Doutor em Ciência Política

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar chaves teóricas que possam contribuir para a análise do processo político, social e econômico venezuelano dos últimos anos, e para a compreensão de uma possível “via bolivariana” que vai se delineando, suas insuficiências e possibilidades. O texto trata de separar analiticamente o bolivarianismo do chavismo, com objetivo de considerar as possibilidades de continuidade do processo revolucionário, principalmente, após a desapareção física de Hugo Chávez. Essa separação analítica permite visualizar os grupos subalternos e a especificidade do consenso/conflicto no interior das fileiras da Revolução Bolivariana, além disso permite levantar algumas questões referentes a democracia, ao socialismo e ao rentismo na definição dos rumos possíveis da via bolivariana.

Palavras-chave: Venezuela. via bolivariana. chavismo. bolivarianismo

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar claves teóricas que puedan contribuir para el análisis del proceso político, social y económico venezolano de los últimos años, y para la comprensión de una posible “vía bolivariana” que sigue siendo delineada, sus insuficiencias y posibilidades. El texto trata de separar analíticamente el bolivarianismo del chavismo, con objetivo de considerar las posibilidades de continuidad del proceso revolucionario, principalmente, después de la desaparición física de Hugo Chávez. Esa separación analítica permite mirar los grupos

subalternos y la especificidad del consenso/conflicto en el interior de las fileras de la Revolución Bolivariana, además permite levantar algunas cuestiones referentes a democracia, al socialismo y al rentismo en la definición de los rumbos posibles de la vía bolivariana.

Palabras clave: Venezuela. vía bolivariana. chavismo. bolivarianismo.

Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar chaves teóricas que possam contribuir para a análise do processo político, social e econômico venezuelano dos últimos anos, e para a compreensão de uma possível “via bolivariana” que vai se delineando. Mais que uma análise pormenorizada do processo, esse artigo recorre à literatura especializada com a qual dialoga, sugerindo formas de compreender o processo revolucionário venezuelano¹ ora em curso. As proposições

¹ Consideramos esse processo uma “revolução”, em primeiro lugar porque ela assim se considera, e isso não é pouco, pois a leva a atuar de forma a dividir o campo político-social de forma dicotômica (“amigos” versus “inimigos”), alimentando a inesgotável polarização política do país. Em segundo lugar porque partimos de uma noção mais aberta do termo, de modo a entender como “revolucionária” a refundação político-institucional proposta desde o princípio pelo movimento bolivariano. Em terceiro



teóricas apresentadas ao longo do texto são as seguintes. Sugerimos que a crise que antecedeu a ascensão de Hugo Chávez Frias e seu Movimento V República (MVR) ao poder pode ser caracterizada como uma “crise hegemônica”. Procuramos diferenciar o “chavismo” (referente à liderança de Chávez) do “bolivarianismo” (de mais profundas raízes na sociedade venezuelana e em suas esquerdas), e delimitar o que entendemos como “via bolivariana”.

O chavismo integra e em parte define o bolivarianismo. A delimitação dos dois e sua separação do processo é antes de tudo um recurso analítico. No entanto, pode traduzir-se na prática, na medida em que há setores bolivarianos mais críticos ao chavismo, e em que a via bolivariana é a tradução concreta, o resultado da relação complexa entre as propostas bolivarianas, chavistas e outras (por exemplo, comunistas) e suas limitações nacionais e internacionais – impostas pelas oposições, estrutura econômica, relações internacionais, etc. Tal via deverá ser compreendida a partir tanto de transformações societárias globais quanto de especificidades nacionais, e nesse exercício noções como o “rentismo” venezuelano e o recente “socialismo do século XXI” deverão ser trazidas ao debate.

O presente texto está dividido em três partes que proporcionam um mirante coerente à avaliação das vias abertas pelo processo bolivariano. No primeiro momento, elencamos a crise de hegemonia dos grupos dominantes venezuelanos e como os grupos subalternos respondem a essa crise, é desta “janela de oportunidade” que confere maior visibilidade e consenso ao redor de Chávez e do projeto de fundação da V República. No segundo momento, indicamos como as

classes subalternas sofrem uma profunda mudança de qualidade desde que a disputa hegemônica se faz mais evidente na Venezuela, suas relações com a evolução do governo Chávez são importantes para o desenrolar do processo bolivariano e não são comuns tensões dialéticas entre as tendências chavistas e bolivarianas em seu interior. Ao fim, consideramos a existência do descompasso entre as transformações político-institucionais e as transformações econômicas realizadas pelo governo bolivariano, esse descompasso na orientação da transformação estrutural total da sociedade venezuelana tem ao fim fortalecido por vias indiretas setores privados da economia, revelando uma das principais contradições do “socialismo do século XXI”. Ao longo da discussão são privilegiados autores venezuelanos e estrangeiros dada a escassez de bibliografia brasileira sobre o tema.

A crise hegemônica do *puntofijismo*: do “fenômeno Chávez” ao chavismo

As décadas de 1980 e 1990 demarcaram o ponto de declive da política “*puntofijista*” que regia a sociedade venezuelana. A dramaticidade dos eventos ocorridos nesse período expressou uma verdadeira crise política, social e econômica. Estes eventos ofereceram uma “janela de oportunidade” a alguns novos movimentos e partidos, que surgiam como alternativas a partidos considerados “tradicionalistas”. Ao revelar as debilidades do sistema político-social, suas dificuldades em retificar suas condutas ou responder à recessão econômica e empobrecimento crescente da população até então, esses novos movimentos e lideranças puderam canalizar o descontentamento popular – em especial o MVR, que efetivamente chegou ao poder.

lugar, porque transformações ainda mais profundas vêm sendo propostas e em parte ensaiadas desde que o horizonte socialista da revolução foi explicitado a partir de 2005-2006.

Embora houvesse uma forte contestação ao modelo neoliberal e ao bloco de forças que o sustentava, não foi somente com o fracasso do modelo neoliberal que a crise puntofijista se relacionou. Foi também com o esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário que vinham se impondo desde 1958, quando se deu o acordo entre a Ação Democrática (AD, socialdemocrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, social-cristão) para garantir a estabilidade democrática. Esse acordo derivou na constituição de um semimonopólio político das duas organizações, aliadas à burguesia nacional, à burocracia estatal e à parte dos trabalhadores formais, representados pela Confederação de Trabalhadores de Venezuela (CTV). O esquema se sustentava numa economia de características “rentistas”, e num Estado interventor com acesso direto à renda petroleira. A ampla aliança começou a ruir nos anos 1980 a partir das dificuldades em manter os mesmos gastos estatais, levando a seguidas tentativas de implantação de políticas neoliberais, que derivaram em revolta e desencanto popular e em deslegitimação dos partidos e elites no poder.

Consideramos, portanto, se tratar de uma “crise de hegemonia da classe dirigente”, cujo fracasso na elaboração do consenso levou a amplas massas a passarem “subitamente da passividade política para certa atividade e apresenta[r] reivindicações que, em seu conjunto desorganizador, constituem uma revolução”. Apresenta-se na Venezuela neste período uma “crise do Estado em seu conjunto” (Gramsci, 2002, p. 60), que está totalmente solucionada, podendo se estender por um longo período. Não restam dúvidas que o marco inaugurador desse processo foi o chamado *Caracazo*, revolta popular espontânea ocorrida no princípio de 1989 que teve como estopim o aumento do combustível e conseqüentemente das tarifas dos transportes públicos, e que foi

violentamente reprimida à custa de centenas (talvez milhares) de mortos.

No quadro da crise hegemônica, a visibilidade nacional do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200) como movimento político ocorreu logo após a derrota do golpe militar em 4 de fevereiro de 1992 (4-F). Mesmo levando-se em conta todos os riscos de quebra do regime democrático e seu caráter condenável, pode-se considerar que em certo sentido o golpe militar acabou contribuindo para a consolidação do movimento bolivariano, determinando como ele se configuraria nos anos seguintes. De um lado, ele “teve o significado simbólico de buscar um rompimento com um sistema que não resolvia os problemas da população”. De outro, gerou “heróis claramente visíveis pela opinião pública”, com destaque para Chávez (Maringoni, 2004 p. 144-146). Se desde o *Caracazo* já havia ficado claro que o puntofijismo poderia ser superado, o 4-F apresentou um líder e propostas mais concretas ao processo. O 4-F associou (até aqui) o processo bolivariano ao “fenômeno Chávez”. No entanto, como qualquer fenômeno complexo, isso não constitui algo somente positivo. Desde então a relação entre chavismo e bolivarianismo se construiu de forma inseparável e por vezes tensa e contraditória. Ou seja, o processo revolucionário venezuelano teve a partir de então e dialeticamente uma possibilidade concreta de avanço, que ao mesmo tempo determinou alguns de seus limites intrínsecos.

O “fenômeno Chávez” surgiu pela primeira vez após sua rendição, ao realizar um breve discurso de um minuto e doze segundos em rede nacional convocando seus companheiros a baixarem as armas (quando proferiu a famosa e dúbia declaração “por ora estamos derrotados...”). Nesse sentido, o “fenômeno Chávez” impactava distintamente sobre a sociedade: a) para os “donos do poder” representava o caráter autoritário e

militarista do golpe, como se este fosse simplesmente uma atitude irresponsável e isolada do tenente-coronel; b) para as “classes populares” o movimento conferia face às insatisfações sociais de anos anteriores, capturando sua imaginação coletiva e a possibilidade de transformação do sistema vigente. A partir daí, o MBR-200 começou a se transformar numa organização sociopolítica de alcance nacional. Foi neste momento que surgiram os *Círculos Bolivarianos* como estrutura organizacional primária que frequentemente organizava assembléias locais para discutir política, círculos de estudo e formação ideológica. Foi disseminado através dos *Círculos Bolivarianos* o Projeto Nacional Simon Bolívar, cujo postulado era que “o povo soberano deve se transformar no objeto e no sujeito do poder. Essa opção não é negociável para os revolucionários” (Chávez, 2007, p. 12). Com o crescimento do apoio e da participação popular no movimento bolivariano, em princípios de 1997, o MBR-200 decidiu participar com candidato próprio das eleições presidenciais de 1998. Para a disputa eleitoral registrou-se o partido Movimento Quinta República (MVR), que refletia a cautela dos líderes do movimento “sobre o simbolismo de cada ação política, e o nome que eles escolheram para a nova organização não era exceção” (López-Maya, 2003, p. 83), com a referência à “refundação” da república e o semelhante que é na fala espanhola a pronúncia de “MBR” e “MVR”.

Existia uma grande diferença entre o MBR-200 como organização política e o MVR como partido político. Enquanto o primeiro era uma estrutura horizontal e descentralizada cujo objetivo primário era a formação e conscientização política de seus membros, o segundo era uma estrutura vertical e centralizada cujo objetivo exclusivo era a conquista eleitoral, distanciando-se de qualquer tipo de formação ideológica, além dessa diferença, o MVR era um partido demasiado heterogêneo. Os desequilíbrios e

as diferenças ideológicas de setores e partidos que compunham a coalizão colocavam, desde então, “Chávez como único capaz de mediar ou acalmar as diferenças internas, o que reforçava o caráter imprescindível do líder e imprimia a ação do governo às diretrizes ideológicas deste” (López-Maya, 2008, p. 59). Sendo assim, se o chavismo surgiu logo após o golpe militar, de maneira a destacar a figura e atribuir a responsabilidade do mesmo ao ex-tenente-coronel, este fenômeno ressurgiu em novas bases devido à heterogeneidade e disputas internas do MVR como partido eleitoral. O chavismo encontrou sua gênese na crescente centralidade de Chávez como figura de unidade e de direção imprescindível ao processo. Portanto, não causa espanto que às vezes o chavismo se confunda e até mesmo se choque com o bolivarianismo.

Um dos marcos da construção da chamada Quinta República foi a redação e a aprovação em referendo em dezembro de 1999 do novo texto constitucional. Apesar de garantir a propriedade privada, o texto inovou com a promoção do conceito de “democracia participativa e protagônica”. Com a introdução de um conjunto de modalidades participativas, mesmo sem substituir a representação, tratava-se de ampliar o poder dos movimentos e organizações sociais. Na sequência, é consensual que as quarenta e nove Leis Habilitantes representaram a primeira inflexão da revolução bolivariana e que tanto o golpe de Estado de 11 de Abril de 2002 quanto o segundo *Paro Patronal* em 2002-2003 exprimiram a reação da oposição a esta inflexão, demonstrando que a disputa hegemônica em torno da substituição do sistema puntofijista não havia se concluído.

No desenrolar do processo revolucionário, a oposição recorreu à via institucional realizando o referendo revogatório em 15 de agosto de 2004. Assim, nos deparamos novamente com o “fenômeno Chávez”. No entanto, este referendo

representava mais do que a redução entre o “a favor” ou “contra” Chávez: simbolizava a confirmação da legitimidade e continuidade do processo. Nesse sentido, mesmo se tratando de apoiar diretamente a presidência de Chávez, o referendo vai além de sua liderança, podendo ser caracterizado como o desfecho da polarização iniciada em 2002 e ponto inicial da mudança de qualidade do processo bolivariano. Tal mudança de qualidade foi notável a partir da reeleição de Chávez em 2006, quando foram anunciadas algumas tarefas em torno da construção do “socialismo do século XXI”. Entre estas, destacamos a criação do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) para agrupar as forças políticas de apoio ao processo, o projeto de Reforma Socialista da Constituição e o empoderamento do poder popular por meio dos Conselhos Comunitários².

As debilidades do MRV “engessado” como partido eleitoral, o crescente número de movimentos de base bolivariana e a virada ao socialismo colocavam grandes desafios ao processo revolucionário. A consciência de tais desafios tornou majoritária dentro do movimento bolivariano a opinião da necessidade de um instrumento político capaz de preparar melhor e de forma mais organizada a batalha de ideias e a disputa política no interior da sociedade venezuelana. Assim, em dezembro de 2006 foi anunciada a formação do PSUV, cujo objetivo central era construir uma base partidária sólida e organizada, estabelecendo a unidade complexa entre a liderança governista e a base social bolivariana. Evidentemente, dessa opção derivaram análises de que estava por trás dela a intenção de formar um partido “hegemônico” que pudesse garantir o controle bolivariano sobre o poder mantendo

sua aparência democrática (cf. Azcargorta, Hernández, 2007). No entanto, até o momento não se constituiu efetivamente um quadro como esse, e de qualquer forma parece não haver base empírica até aqui para sustentar que essa seja a intenção dos bolivarianos ao formar o PSUV.

Para um processo revolucionário permeado desde sempre por uma conflituosa relação entre o reivindicativo e o político, a verticalidade que marcou a formação e construção do PSUV, automaticamente, “se traduziu em agressões, tensões e conflitos com o presidente ao longo de 2007” (López-Maya, 2008, p. 60). O novo partido foi organizado à mesma maneira do MVR, com caráter de “urgência”, pois seu objetivo imediato era aglutinar base eleitoral bolivariana suficiente para através do Referendo de Reforma Constitucional pretensamente instituir o socialismo pelo voto. De modo que foi determinada a dissolução de todos os partidos situacionistas dentro do PSUV, e aqueles que se recusassem deveriam abandonar o governo. Assim, se existia uma opinião predominante sobre a necessidade de um novo instrumento político, não houve maiores discussões sobre seu programa e, mais uma vez, a unidade e a condução do novo partido convergia na figura central de Chávez.

A proposta de Reforma Constitucional em 2007 expressava a vontade política de radicalização do bolivarianismo, de projetar “voluntaristicamente” a sociedade ao socialismo pela via institucional. Antes de representar a derrota do projeto de transformação social bolivariano, acreditamos que a derrota do Referendo de Reforma constituiu a primeira derrota do chavismo. O episódio de 2007 teve como ponto positivo a reflexão sobre os caminhos e descaminhos do processo bolivariano, como também trouxe à tona a divisão entre chavismo e bolivarianismo. Mesmo que permeado pelo personalismo de Chávez, não é possível

² As tarefas prioritárias foram sintetizadas na fórmula dos “cinco grandes motores”: a Lei Habilitante; a reforma socialista da Constituição; a educação popular; a nova geometria do poder; e a explosão revolucionária do poder comunal.

afirmar a cristalização definitiva da tendência chavista, nem a consolidação de maior participação das organizações e movimentos de base bolivariana. Antes da derrota em 2007, a dissidência e a crítica eram quase intoleráveis, de maneira que era comum catalogar as discordâncias como traição ao movimento. Era recorrente estigmatizar aliados políticos como o Partido Comunista da Venezuela (PCV) ou o Pátria Para Todos (PPT), por não se dissolverem no PSUV; pressionar as forças sindicais e movimentos sociais que resistiam a perder sua autonomia para formar Conselhos Comunais; repreender organizações populares ou intelectuais que dissentiam das propostas e opiniões do presidente (López-Maya, 2008). Aos poucos, a tendência a atribuir a derrota a questões externas ao bolivarianismo tem dado lugar a discussões sobre questões internas, tais como a necessidade de respeito à pluralidade, de despersonalização e desburocratização, com abertura ao debate e participação maior nas decisões do movimento.

Os dez anos de Revolução Bolivariana coincidiram, em fevereiro de 2009, com a vitória do “fenômeno Chávez” na decisão em referendo da emenda constitucional para reeleições presidenciais indefinidas. Apesar das acusações da oposição, isso não garante a reeleição indefinida de Chávez, mas possibilita que tal feito se realize enquanto se apresentar viável. Portanto, o “fenômeno Chávez” se apresenta claramente (e assim é percebido pela maioria de seus seguidores) como a garantia de continuidade do processo revolucionário. Mas isso expõe abertamente a permanência de algumas de suas debilidades, sobretudo do chavismo, como o excesso de personalismo que se gesta desde a formação eleitoral do MVR. Debilidades que voltam a se apresentar a partir do adoecimento do líder em 2011, gerando incertezas quanto às condições de reprodução do processo bolivariano após um eventual desaparecimento físico do comandante.

Bolivarianismo e classes subalternas na Venezuela

Ao contrário do que se pensa, o recurso à herança político-intelectual dos próceres da pátria venezuelana não é exclusivo ao projeto da Quinta República. “Quando não há um legado ideológico ou um corpo de pensamento comparativamente muito estruturado e sistemático, como ocorre no caso de Simón Bolívar, se dá a oportunidade de transcender o símbolo utilizando esse legado para compor, respaldar ou suprir programas de ação política de todo gênero” (Carrera Damas, 2005, p. 15).

Todavia, a referência ao legado bolivariano pode realizar-se tanto através da adoção ahistórica, envolta na simples admiração e exaltação, como também na adoção historicamente reexaminada, na atualização de seu projeto emancipatório. No primeiro caso trata-se do culto a Bolívar “como uma oferta ideológica compensatória do decepcionante balanço da abolição da monarquia e ruptura do nexos colonial, conquistados na Venezuela mediante uma cruelíssima e prolongada guerra que foi essencialmente civil e que, por isso, deixou inapagáveis sequelas de ódio e rancores no seio da classe dominante” (ibid, p. 24-25). Em síntese, o culto a Bolívar surge da necessidade compartilhada pela classe dominante em restabelecer o domínio e a estrutura político-econômica da sociedade, legitimando-se “à sombra do libertador”.

Já no segundo caso, trata-se efetivamente do bolivarianismo, cuja elaboração tem início nos anos 1960, quando o movimento guerrilheiro venezuelano começou a se afastar da ortodoxia soviética e iniciou o reexame do papel histórico e social de Bolívar, reeleitura continuada pelo MBR-200 (Gott, 2004). O bolivarianismo pode ser definido pelos pontos essenciais do programa

e atuação histórica de Bolívar, que ainda têm validade contemporânea mediante alguma adaptação, tais como: sua constância e perseverança revolucionárias, compreensão da necessidade de união de todos os revolucionários para alcançar o triunfo da revolução, sua orientação a uma independência plena e soberana, suas advertências constantes contra o perigo por parte do expansionismo dos EUA (sendo precursor do antiimperialismo), e seu programa e ideal de solidariedade latino-americana com conteúdo revolucionário e progressista, objetivando alcançar um novo equilíbrio na balança internacional (Zeuske, 1985, p. 18-19). Em síntese, o bolivarianismo tem sua fundamentação no resgate e continuidade do projeto de emancipação venezuelano, contra as oligarquias político-econômicas que reproduzem a estrutura dependente, a subordinação do país à influência de agentes do imperialismo e pela distribuição radical do poder político. Refere-se assim às condições de realização da chamada “segunda emancipação”.

A atualização pela esquerda do bolivarianismo foi e ainda é de suma importância, pois mais do que reativar o nacionalismo, o antiimperialismo, o integracionismo regional e distinguir-se da tradição folclórica dos “donos do poder”, rompe igualmente com a atribuição apriorística de que haveria um “sujeito” da emancipação social. A forma de integração venezuelana ao mercado mundial pautada na exportação petroleira, mesmo que tenha desenvolvido algumas indústrias de capital intensivo reunidas em torno desta produção, se fez em detrimento das indústrias de bens de capital, uma vez que o grosso da produção nacional encontra sua realização no mercado externo. A classe trabalhadora venezuelana desenvolveu-se sobre as bases do desemprego, subemprego e superexploração do trabalho. Isso é evidente pelo fato de que “em princípios da década de 1980 essa situação evidenciava que 90% das

exportações da Venezuela eram geradas por apenas 3% da mão de obra” (Nicanoff, Stratta, 2008, p. 4). Isso significa que mesmo possuindo peso político significativo, o reduzido operariado petroleiro não é capaz por si só de converter-se em sujeito exclusivo da emancipação, sem levar em conta a fragmentação e hierarquização que define a classe trabalhadora venezuelana. A renovação criativa do bolivarianismo demonstra que a fragmentação e hierarquia no interior da classe trabalhadora não poderiam ser superadas somente pela socialização da produção, senão em conformidade e com a participação e distribuição radical do poder político.

Para além das características peculiares do desenvolvimento do capitalismo na Venezuela, é evidente que a crescente complexificação da modernidade contemporânea (e conseqüentemente das diversas formas de capitalismo) também contribui para a necessidade de relativizar a absolutização comum às esquerdas dos séculos XIX e XX da tese da centralidade da classe operária. Esta se mantém numericamente relevante, mas convive com a crescente pluralização e ressignificação das formas de trabalho e sociabilidade em todo o globo. Portanto, não surpreende que tenha ocorrido por parte das esquerdas nas últimas décadas um processo de nacionalização e de compreensão mais flexível e plural da noção de “sujeito” e “modelos” revolucionários – e em alguns casos da própria noção de revolução. Tudo isso fica evidente no contexto latino-americano recente, que viu a ascensão ao poder de esquerdas mais flexíveis e plurais (cf. Silva, 2011). A “via bolivariana”, o MVR e o PSUV se inserem nesse contexto.

Outro fator a ser discutido para a compreensão do bolivarianismo é o processo de mobilização e radicalização social vivenciada na Venezuela a partir do final dos anos 1980. Com exceção da guerrilha da década de 1960, a Venezuela não era

reconhecida no continente como um país de grandes mobilizações e organizações sociais, como também não pertencia ao grupo de países em transição da ditadura à democracia. A mudança de consciência desencadeada pelo *Caracazo*, claramente expressa no crescimento vertiginoso do número de reivindicações de rua e de paralisações de trabalhadores, demarcou uma peculiar forma de relação e negociação entre os setores populares e o poder estatal, definida como “política de rua”. O ambiente de deslegitimação das organizações sindicais, partidárias e estatais contribuiu para a natureza e forma específica das manifestações populares. Assim, manifestações de rua de setores sociais tão distintos como estudantes, camelôs, desempregados, funcionários públicos e habitantes de bairros médios e pobres, tiveram em comum o caráter reivindicativo de direitos violados ou negligenciados, apresentando-se como vítimas do Estado e enfatizando a apoliticidade das demandas (López-Maya, 2002).

A generalidade das movimentações das classes subalternas ao longo da década de 1990 ao construir suas demandas com base no discurso dos direitos cidadãos vitimados por um Estado rico e negligente, antes que reforçar a autoconcepção de sujeitos de poder reforçou a autoconcepção de vítimas do poder. O caráter reivindicativo e fragmentado foi um fator que dificultou a consolidação das manifestações para além da rua, em direção a outros espaços e canais de disputa político-hegemônicos mais sólidos como cooperativas, associações, sindicatos e partidos. No entanto, a ascensão do bolivarianismo e do chavismo deve ser compreendida também a partir dessas mobilizações. Elas são importantes para entender a evolução do processo, especialmente em seus primeiros momentos. Segundo Moraes (2010: 7), havia claramente dois caminhos para o governo de Chávez: não atender as demandas populares e correr o

sério risco de perder seu apelo e cair no ostracismo; ou atender as reivindicações populares e se consolidar como sua liderança, projetando uma longa permanência no poder.

A mudança qualitativa da ação coletiva de uma concepção de “vítimas do poder” à concepção de “sujeitos de poder” começou a se dar quando, após a posse de Chávez em 1999, tiveram início as discussões em torno da preparação da nova Carta Magna e se abriram espaços democráticos para a participação. Os movimentos sociais, partidos e organizações civis apresentaram 624 propostas à Assembleia Constituinte, sendo que a maioria foi incorporada ao texto constitucional (López-Maya, 2003; Ellner, 2008). Não restam dúvidas de que as modalidades de referendos previstas na Constituição de 1999 são parte dos elementos decisivos das vias de participação democrática e protagônica da vida política do país. E levam adiante o princípio de que “o povo soberano deve se transformar no objeto e no sujeito do poder, opção inegociável para os revolucionários”. Por isso mesmo, é de suma importância que o processo bolivariano conserve a autonomia e a discussão com partidos, movimentos e organizações que compõem sua base, que promova concretamente as circunstâncias normais de participação e protagonismo, e não somente representação.

Desde então, tendo em vista a contraditória existência de potencial popular e deficiência organizativa, o governo bolivariano tem impulsionado tanto a organização de movimentos já existentes como incentivado a criação destas estruturas em comunidades menos organizadas. Em 2001, o modelo organizativo que fundou as bases do bolivarianismo, os Círculos Bolivarianos, foi recriado com objetivos ampliados, que abrangiam difundir a nova Constituição, discutir políticas, formar associações de bairros ou cooperativas de pequenos produtores, e mesmo grupos de

mães. Eram estruturas que não possuíam comando centralizado e nem se articulavam permanentemente (Maringoni, 2004). No entanto, essa forma organizativa foi em boa parte deixada de lado, primeiramente pela iniciativa governamental de transformá-las em Unidades de Batalha Eleitoral durante o referendo de 2004, e posteriormente pela instituição dos Conselhos Comunais a partir de 2006 como organização de base preferencial.

A promulgação das quarenta e nove Leis Habilitantes, especialmente da Lei de Terras, reabriu o enfrentamento da questão agrária e da soberania alimentar pela via constitucional, fato que incentivou a organização da Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora (mais tarde Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora), como também a Frente Campesina Revolucionária Simón Bolívar. Do mesmo modo, formaram-se as Mesas Técnicas de Água (MTA), cujo objetivo central era através do diálogo e troca de experiências entre moradores das comunidades e técnicos encontrar soluções para as graves deficiências no serviço de água potável e saneamento básico. Encontramos também os Comitês de Terra Urbana (CTU), que foram criados para a regularização dos loteamentos urbanos nos bairros populares, e apesar de reconhecidos pelo Estado, têm sua representação eleita na comunidade (Lovera, 2008). Uma das peculiaridades da via bolivariana é a combinação desigual entre o reivindicativo e o político por parte das classes subalternas, e o incentivo direto ou indireto do Estado à sua organização. Isso ficou patente durante o golpe de abril de 2002, pois enquanto as lideranças do MVR passavam à clandestinidade, foi desencadeada uma força social espontânea não antecipada por nenhum intelectual: centenas de milhares de habitantes dos *barrios* de Caracas mobilizados, ocupando ruas, cercando quartéis, meios de comunicação e o Palácio de Miraflores, “quebraram” o golpe e fizeram aflorar a

enorme potencialidade das ações coletivas iniciadas anteriormente (Nicanoff, Stratta, 2008).

De modo semelhante, durante a greve patronal da Petróleos de Venezuela SA (PDVSA) em 2002, enquanto cerca de 80% dos altos funcionários da estatal cruzavam os braços, a mesma proporção de trabalhadores de menor salário seguiu atuando e tomando o controle dos locais de trabalho (Ellner, 2008, p. 49-58). Ao tomar o controle e impedir a sabotagem da empresa e do complexo industrial mais importante do país (tendo o apoio da maioria do exército que considerou tal atitude como um ataque à soberania nacional), a classe trabalhadora deslocou a Central de Trabalhadores Venezolanos (CTV, agora associada à oposição) e fundou em 2003 a União Nacional de Trabalhadores (UNT) como central autônoma e combativa (Nicanoff, Stratta, 2008).

Após as ofensivas golpistas, o governo de Chávez tem atuado em várias frentes visando ampliar sua base de sustentação. Fez parte destes esforços o lançamento das Missões Sociais que inicialmente visavam solucionar as carências e problemas da população gerados pela paralisação petroleira de 2002-2003. Estes planos sociais promovem estruturas da administração pública paralelas às tradicionais e alcançam amplos setores populares, além de um terço dos setores médios da sociedade. Segundo Lander (2007, p. 72), as missões têm como virtude “sua capacidade para saltar obstáculos burocráticos e chegar de forma direta e rápida aos setores mais excluídos da população”. Além disso, “boa parte destas missões se baseiam na promoção dos processos organizativos nas comunidades como parte de seu desenho e execução”. Como consequência, seu impacto sobre as condições de vida das classes populares tem sido enorme, bem como a diversidade de processos organizativos populares, o que é evidente na gestação de

novas associações de bairros e no fortalecimento daquelas previamente organizadas.

A maioria das formas sociais organizativas citadas até aqui foram em grande medida eclipsadas pela grande insistência do regime desde 2006 em instituir os Conselhos Comunais como seu núcleo preferencial de participação popular. Estes Conselhos, estruturados a partir de certo número de famílias organizadas num âmbito espacial microlocal³, seriam instâncias participativas, organizadas e articuladas dentro das próprias comunidades, de maneira que as mesmas exerceriam diretamente a gestão de políticas públicas e projetos pautados nas necessidades e prioridades locais. Os mecanismos para sua constituição, os trâmites para a formulação de projetos e obtenção de recursos exigem poucas mediações burocráticas. “Em poucos meses se gerou uma dinâmica de mudanças e expectativas que tiveram um importante efeito organizativo e mobilizador”. Fortaleceu-se “o tecido social nas comunidades e a cultura política da participação” (ibid., p. 77-78).

Os Conselhos Comunais foram concebidos como mecanismos preferenciais de participação popular no desenho e implantação de políticas públicas⁴. Estruturam-se a partir da realização periódica de assembleias locais (que são em última instância seus espaços decisórios), que estabelecem comitês dirigentes com distintas funções. Dedicam-se prioritariamente à

3 150 a 400 famílias nas áreas urbanas, 10 a 20 famílias nas áreas rurais e 10 famílias nas comunidades indígenas.

4 E de forma geral como meio de construção de uma “democracia revolucionária e socialista”, à a qual o governo vem eventualmente se referindo. Tal conceito não foi definido até aqui, especialmente como ele se relacionaria com a noção de “democracia participativa e protagônica” consagrada na Constituição.

articulação de organizações de base existentes e ao fomento de novas; elaboração de um plano de trabalho; controladoria social sobre projetos públicos; e mesmo ao eventual desenvolvimento e gestão de projetos públicos. Conjuntamente, são responsáveis pela participação direta nas decisões e na implantação de políticas públicas a nível comunitário, e relacionam-se diretamente com o Executivo nacional, atualmente através do Ministério do Poder Popular para as Comunas e Proteção Social. Este pelo menos no princípio capacita e forma seus dirigentes (*voceros*), define parâmetros para seu funcionamento, avalia suas atividades, fomenta novos Conselhos, e disponibiliza recursos financeiros e técnicos necessários para a realização de seus projetos, que devem ser aprovados por instâncias superiores.

Recentemente, tem havido um esforço para que a partir da reunião de vários Conselhos se formem instâncias superiores denominadas “comunas” (ora consideradas “em construção”), que assumiriam o autogoverno em espaços maiores (mais próximos das dimensões de um bairro) e potencialmente assumiriam um caráter mais marcado de poder alternativo – parcialmente sobreposto a instituições de representação municipais. Nesses novos espaços, começam a se discutir e articular mais seriamente projetos produtivos comunitários (alimentícios, têxteis, artesanais, etc.), além de meios de transporte e de comunicação alternativa. A Lei Orgânica dos Conselhos Comunais também prevê futuramente a articulação das comunas em federações, o que aponta idealmente para uma construção piramidal potencialmente alternativa à geometria territorial baseada na mediação e na representação consideradas “tradicionais”.

Com tudo isso, a via bolivariana enfrenta não somente as ofensivas da oposição, como também os conflitos dentro de suas fileiras, entre os que desejam aprofundar o processo e aqueles que surgem

como uma nova fração burguesa (a “boliburguesia”). A nacionalização da empresa Siderúrgica do Orinoco (Sidor) em 2008 “só foi possível sobre os cimentos de uma organização de base capaz de confrontar com a direção da empresa (...) e conduzir o Estado a uma nacionalização de uma área estratégica com peso decisivo da cogestão operária em sua administração” (Nicanoff, Stratta, 2008: 14). Tal medida incentivou a nacionalização de alguns setores da indústria alimentar, da Companhia Anônima Nacional de Telefones da Venezuela (CANTV) e do Banco de Venezuela. Porém, este fato suscita o debate acerca do tipo de sociedade socialista que se pretende, ou seja, se as empresas nacionalizadas passarão ao controle autogestionário dos trabalhadores ou se permanecerão sob o controle majoritário estatal. Em outras palavras, se as condições permitirão superar a identificação histórica entre propriedade pública e propriedade estatal.

O mais expressivo das últimas décadas, ~~com isso,~~ é a referida combinação desigual entre o “reivindicativo e o político, sem separações mecânicas de um plano sobre outro”, o que notoriamente revela “que a quase totalidade dos movimentos sociais existentes se fundam depois de 1999 e, sobretudo a partir de 2002. Isto marca tanto a relevância do processo quanto seu caráter difuso, mutante e instável” (ibid.: 13). Podemos afirmar que a organização social em torno dos Círculos Bolivarianos, Mesas Técnicas de Água, Missões Sociais e Conselhos Comunais estão em consonância com o bolivarianismo, na medida em que almejam “transformar o povo em objeto e sujeito do poder”. No entanto, esse esforço de organização de “cima para baixo” entraria em contradição com as iniciativas de auto-organização popular. Afirmar que a quase totalidade das mais relevantes organizações sociais atuantes no regime bolivariano não existia antes de 1999 e surgiram de iniciativas estatais não deve desmerecer totalmente o

peso das tradições mobilizatórias espontâneas ou não anteriores ao processo, muito menos a combinação dialética desde 1999 entre as iniciativas vindas “de cima” e as mobilizações “desde baixo”. Como essa tensão entre “autonomia” e “subordinação” popular será resolvida é uma questão em aberto. “Mais além do grau de autonomia ou subordinação ao Estado que possuem tanto as organizações de velha data quanto as estimuladas desde o âmbito governamental e desde expressões novas, não há dúvida de que o tecido organizativo da sociedade venezuelana progrediu”, seja por iniciativa estatal, seja pela popular. “A grande interrogante é se elas conseguirão ser uma expressão autônoma das demandas das comunidades ou se esta autonomia será recortada por uma relação subordinada e assimétrica entre as organizações sociais e o Estado” (Lovera, 2008, p. 112).

No entanto, se há a referida combinação assimétrica entre a mobilização popular “desde baixo” e os incentivos a partir do poder, não se pode aferir a partir dela nenhuma concepção simplista acerca da “pureza” e “radicalidade” popular oposta aos “vícios” e “manipulações” estatais. A via bolivariana é o resultado complexo de diversos fatores e diferentes correlações de forças nos diversos espaços e entre distintos atores coletivos que interagem nesse processo. Em todos os setores há a intenção de alguns atores em aprofundar o processo revolucionário, contra o desejo de outros de “congelá-lo”, e alguns deles podem assumir posições distintas de acordo com o momento e o tema posto em tela⁵.

5 Além de evitar a “absolutização” dessa contradição entre os polos Estado/sociedade, seria possível questionar a necessidade de uma autonomia total dos setores populares em relação ao Estado. Autores como Ellner (2009) destacam que as iniciativas estatais possuíam um efeito “educativo” para a ativação da organização popular, e que esses setores

Democracia, capitalismo e rentismo: os rumos da via bolivariana

A elaboração de um “socialismo do século XXI” responde não somente ao lugar destacado da luta pela democracia (num sentido mais “radical” e “popular”, não exatamente do ponto de vista da democracia “liberal”), como também às adaptações da esquerda na América Latina nas duas últimas décadas. A princípio, notamos seu afastamento de modelos tradicionais de organização: seja o modelo “classista de massas” (característico da socialdemocracia europeia em sua fase “clássica”), tradicionalmente associado aos setores de centro-esquerda ou de esquerda democrática, seja o “leninista”, associado às correntes comunistas (Gunther, Diamond, 2003). Por serem pouco flexíveis e calcados na mobilização coletiva e em identidades sociais agora em desagregação, os referidos modelos “clássicos” das esquerdas seriam pouco adequados a uma realidade progressivamente marcada por um aumento da complexidade social e por identidades e subjetividades coletivas mais flexíveis e heterogêneas. Em seu lugar, não surgiu um único novo modelo. Pelo contrário, foram assumidas formas diversas (até certo ponto “híbridas”), de acordo com as realidades locais, não mais a partir de uma “fórmula” universal. As formas organizativas assumidas pelo MBR-200, pelo MVR e pelo PSUV são exemplos disso.

Por outro lado, o bolivarianismo se afastou dos modelos ideológicos tradicionais desse campo político, notadamente das experiências do “socialismo real” e de qualquer ideologia “oficial”, em certo sentido “nacionalizando-se”. Considerando-se a crise do ideário marxista e derrocada do

“socialismo real”, a relativa “independência” simbólica permitiu o afastamento em relação a referências em franco colapso e a adequação à crescente fluidez e heterogeneidade social contemporânea. Abriu-se, acima de tudo, a possibilidade de justificar a heterogeneidade dos setores sociais que o bolivarianismo representa, potencialmente aumentando suas bases sociais e eleitorais. Além da potencial ampliação dos setores aliados, com a inclusão de camadas médias e de setores “produtivos” da burguesia, é notável o recurso a referências como “pobres”, “cidadãos”, “povo” ou “nação”. O bolivarianismo se baseia na noção de “povo”, e efetivamente é apoiado pelas classes subalternas de forma ampla (não apenas por uma classe operária “clássica”, sempre numericamente reduzida no país), por alguns setores médios e pela nova “boliburguesia” – além de nem sempre sofrer a oposição de setores ligados ao capital financeiro, à exploração de petróleo e à importação – pouco ameaçados até aqui pelo regime, como veremos mais adiante.

Além disso, mesmo em seu sentido “mínimo” (“formal”), o bolivarianismo, tal como as diversas esquerdas latino-americanas, se afirmaram democratas e aceitaram participar do “jogo democrático” – mais do que alguns analistas e/ou adversários políticos gostariam de admitir. Com isso, se afastaram da imagem comumente associada a esquerdas de todos os quadrantes, em especial as do subcontinente. As esquerdas latino-americanas atuais aceitaram a democracia em seus aspectos representativos, entraram na disputa democrática, e foram aceitas como adversários pelos seus contendores, (algo difícil até pouco tempo na região). Por fim, outra característica foi seu antineoliberalismo, que serviu simbolicamente de “farol” e de denominador comum aglutinador, em meio ao “nevoeiro” das grandes transformações ocorridas na última quadra histórica. E serviu de atrativo de votos e apoios quando o neoliberalismo começou a dar sinais de esgotamento na Venezuela, na região e no

mobilizados pelo regime estariam longe de apoiá-lo incondicionalmente.

mundo. Vale dizer que a maior parte das esquerdas latino-americanas manteve ao longo dos anos 1990 seu caráter “alternativo” e oposicionista com base, em larga medida, na crítica ao “neoliberalismo” – mesmo sem conseguir desenvolver tão claramente projetos de desenvolvimento distintos a ele. Elas conseguiram se apresentar, (ainda que em distintos níveis,) como “diferentes”, ou ao menos capazes de propor reformas às ideias e políticas neoliberais que vinham sendo adotadas nestes países. Neste processo, se posicionaram como forças “alternativas”, e efetivamente foram guindadas ao poder enquanto depositárias de um desejo difuso por mudanças.

Especialmente a questão democrática tem ocupado contemporaneamente lugar destacado nas lutas políticas e sociais, como também nas reflexões sobre a mesma. Uma das transformações mais significativas desde o início do governo bolivariano em 1999 é que a participação política, mais do que mera formalidade, tem se convertido em realidade na fórmula da “democracia participativa e protagônica”. Ao combinar formas de representação com a participação e mobilização de massas (apesar de notadamente enfraquecer as primeiras em detrimento das segundas), o regime amplia o poder dos movimentos populares e seu aprendizado político. No entanto, a concepção de democracia em questão na Venezuela – e podemos ampliá-la para todo o subcontinente – envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem sua definição habitual. Falar de democracia na América Latina implica em primeiro lugar pensar em soberania. Assim, “como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para se autodeterminar, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências dos seus povos” (Marini, 1992, p. 13-14). Em segundo lugar, implica em justiça social. Trata-se não somente de dar a devida atenção às necessidades mais urgentes e à erradicação da

miséria, senão lutar contra a dominação e a exploração de muitos por poucos, por uma ordem social tendente à justiça e igualdade. A luta democrática pode perfeitamente ser associada à “luta pelo socialismo, pouco importando os qualificativos que a ele se acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para sua consecução” (Idem, idem: idem).

A identificação de duas tendências internas à via bolivariana que não necessariamente se anulam no plano político, mas que se complementam dialeticamente indica a existência de complexidades que se ignoradas podem tornar algumas considerações dogmáticas e/ou simplistas. Portanto, o fato do “socialismo do século XXI” não apresentar uma fórmula acabada e manter sua indefinição e abertura (devendo ser construído em sua práxis), a relação entre chavismo e bolivarianismo, e a concepção de “democracia participativa e protagônica”, demonstram que o socialismo almejado se afasta de noções preconcebidas e simplificações – que têm caracterizado muitos dos debates sobre o socialismo e análises sobre o “fenômeno Chávez” (cf. Ellner, 2010).

No entanto, se verificamos avanços significativos na “ampliação” da democracia ,ao mesmo tempo em que seus aspectos mais “fórmals” são preservados, o mesmo não se dá quanto à socialização da produção. Na realidade, o setor capitalista tem se desenvolvido muito mais rapidamente que o setor público e, apesar das nacionalizações, ainda controla amplamente a economia nacional. Tal fato poderia ser associado à concepção genérica de progresso e desenvolvimento nacional, típica das políticas de alianças de classes nos regimes ditos “populistas” – classificação (ou acusação) que a via bolivariana recebe constantemente. Porém, sustentamos que isso se explica efetivamente pela forma de utilização da renda petroleira. De um lado, os recursos provenientes da exploração de petróleo são

redistribuídos socialmente, com a intenção de melhorar as condições de vida da maioria pobre da população, nos âmbitos das Missões, na construção de moradias, de infraestrutura urbana e meios de transporte coletivos. Por outro, são distribuídas subvenções importantes às cooperativas e aos Conselhos Comunais (Lander, López-Maya, 2009; Toussaint, 2009; Ellner, 2010).

Deste modo, o “setor capitalista se beneficia também largamente destes gastos governamentais, pois é quem domina, de longe, o banco, o comércio e a indústria alimentar” (Toussaint, 2009, p. 7). Os recursos redistribuídos pelo Estado à sociedade terminam por concentrar-se nos bolsos dos capitalistas, pois são estes que controlam o sistema bancário nacional, a indústria alimentar e as cadeias de comércio e distribuição, (que lucram amplamente com as importações com um tipo de câmbio muito favorável). Além do que, a fim de evitar maiores contendas com a desapropriação direta da propriedade capitalista, as nacionalizações têm sido levadas a cabo através do pagamento de indenizações de recompra. A construção do “socialismo do século XXI” parece até então compartilhar traços essenciais com o modelo capitalista rentista anterior (sem exatamente reproduzi-lo). A determinação da renda petroleira na consolidação das conquistas políticas e sociais joga enorme peso quanto à vulnerabilidade externa da economia venezuelana às variações nos preços do petróleo no mercado mundial. Por isso mesmo, as orientações da política externa bolivariana passam pelo fortalecimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e das relações multilaterais e simétricas com outros países periféricos. A continuidade e aprofundamento do processo depende, portanto, da modificação da tática de transição ao socialismo e de socialização da produção, pois a simples redistribuição da renda petroleira, por mais que satisfaça algumas das necessidades urgentes das

classes subalternas, sugere efeito contrário ao reforçar o setor capitalista.

Considerações finais

A eleição de Chávez em 1998 deu início a mudanças e rupturas profundas com o esquema político e democrático da Venezuela. Desde então, o termo “chavismo” aparece muitas vezes como síntese descritiva da totalidade dos processos de mudança político-social. Acreditamos que definir a complexidade sociopolítica venezuelana através do chavismo é insuficiente, uma vez que delimita todo o processo à capacidade individual da liderança, como também desconsidera a existência do potencial transformador social pré-existente e que, após as eleições de 1998, assume igual importância. Do mesmo modo, associar o chavismo ao discurso populista – tido como “radical” e “maquineísta” – não supera este limite, na realidade o reforça equivocadamente.

Buscamos demonstrar que dentre algumas peculiaridades do processo bolivariano destacam-se a mudança qualitativa dos movimentos das classes subalternas, que de vítimas do poder transformam-se gradativamente em sujeitos de poder, apesar da possibilidade sempre presente de intervencionismo estatal, dada sua razoável iniciativa nesse fenômeno de empoderamento. Ao mesmo tempo em que a via bolivariana transforma a sociedade, a política e as instituições anteriores, ela permite que se preservem, recriando, mas preservando enfim meios de representação e participação democrática, e caminhos de intervenção estatais, doravante “relegitimados”. Enquanto propõe formas de atuação direta, ela representa bases sociais que antes careciam de representação política e estatal.

A falta de uma tradição político-organizativa consolidada e o incentivo direto ou indireto do governo na direção de solidificar sua base de apoio é motivo de tensões contínuas. O bolivarianismo como tendência radical de transformação social, dada a combinação desigual entre expressões reivindicativas e políticas (mesmo que anterior e para além do MBR-200, do MVR, do PSUV ou do chavismo), ainda é um processo em definição. Entretanto, uma de suas maiores riquezas é, sem dúvida, a capacidade de ativar os conteúdos transformadores, nacionalistas e anticolonialistas de Bolívar e recriar assim o sujeito social da emancipação, expressando a possibilidade da síntese dialética entre o socialismo como “forma”, ou seja, como ideal ou projeto de transformação radical, com seu “conteúdo”, ou seja, as especificidades históricas e sociais venezuelanas.

A princípio o chavismo referia-se exclusivamente à responsabilidade de Chávez no golpe militar de 1992. O chavismo ganhou novos contornos quando a heterogeneidade do MVR conferiu a Chávez papel mediador e diretivo fundamentais. Assim, à medida que o processo avançou e fez aumentar os enfrentamentos com a oposição e as contradições internas, o chavismo se tornou simultaneamente garantia da continuidade e aprofundamento das mudanças sociais, mas também elemento personalista e subordinador da autonomia e participação política. Tais contradições são evidentes desde a formação dos Círculos Bolivarianos, passando pelas Missões, Conselhos Comunais, PSUV, etc. Não causa espanto que em determinados momentos o chavismo se confunda ou até mesmo se choque com o bolivarianismo. Mesmo após o falecimento de Hugo Chávez em março de 2013 essa relação entre bolivarianismo e chavismo foi e continua a ser mantida, o que sugere que a polarização política entre chavismo e anti-chavismo desatou um processo de longa duração naquele país, cujo desmonte/derrota não está

condicionado apenas a presença física de Hugo Chávez.

Dentro da nova conjuntura cabe às lideranças mais comprometidas com o projeto bolivariano consolidar políticas que ampliem o consenso ao redor do programa, do projeto bolivariano, indo além do exemplo pedagógico de Hugo Chávez. Este pode ser um alento político-ideológico de unidade, mas não poderá jamais ser convertido em programa de transformação e de enfrentamento das contradições resultantes da própria revolução. O processo eleitoral demandado na Constituição de 1999 em abril de 2013 revelou algumas dificuldades referentes ao que denominamos bolivarianismo e chavismo. A campanha de Nicolás Maduro ao redor da figura de Chávez e do chavismo revelou algumas debilidades em não projetar o futuro, quando deveria ser construída a noção de continuidade, de novas figuras políticas, de aprofundamento do programa e de enfrentamento mais duro com a oposição. O processo eleitoral seguiu demasiado preso naquilo que Chávez realizou e representou. Na medida em que o processo agora defende a superação do capitalismo, cabe questionar a capacidade de realização e reprodução no tempo de transformações mais radicais – aí incluída a necessidade da consolidação de novas institucionalidades, algo difícil em meio ao voluntarismo por vezes apresentado. Em suma, consideramos que há uma via bolivariana delineada, mas ainda não se sabe para onde ela pode efetivamente levar.

Bibliografia

AZCARGORTA, Jesús, HERNÁNDEZ, Ivo (2007). PSUV: ¿Partido hegemónico o partido único? *Temas de Coyuntura*, n. 56.

CARRERA DAMAS, Germán (2005). *El nolvivarianismo-militarismo, una ideología de reemplazo*. Caracas: Ala del Cuervo.

CHÁVEZ, Hugo (2007). *Senderos de la vía bolivariana*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

ELLNER, Steve (2010). Hugo Chávez's first decade in office: breakthroughs and shortcomings. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 1.

_____ (2008). Las tensiones entre la base y la dirigencia en las filas del chavismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 14, n. 1.

GOTT, Richard (2004). *À sombra do libertador: Hugo Chávez e a transformação da Venezuela*. Tradução: Ana Cobisier. São Paulo: Expressão Popular.

GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do cárcere*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUNTHER, Richard, DIAMOND, Larry (2003). Species of political parties: a new typology. *Party Politics*, v. 9, n. 2.

LANDER, Edgardo, LÓPEZ-MAYA, Margarita (2009). El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales. *Cuadernos del CENDES*, v. 26, n. 71.

LANDER, Edgardo (2007). El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, año VIII, n. 22.

LÓPEZ-MAYA, Margarita (2008). Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 14, n. 3.

_____ (2003). Hugo Chávez Frías: his movement and his presidency. In: ELLNER, Steve, HELLINGER, Daniel. *Venezuelan politics in the Chávez Era*. Colorado: Rienner.

_____ (2002). *Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción colectiva en 1999*. Buenos Aires: Clacso.

LOVERA, Alberto (2008). Los Consejos Comunales en Venezuela: ¿democracia participativa o delegativa? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 14, n. 1. - 87

MARINGONI, Gilberto (2004). *A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MARINI, Rui Mauro (1992). *América Latina: integração e dependência*. São Paulo: Brasil Urgente.

MORAES, Wallace dos Santos de (2010). Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 4.

NICANOFF, Sergio, STRATTA, Fernando (2008). La revolución bolivariana. Notas sobre la relación entre Estado y movimientos sociales. I Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos, Mar del Plata, 26 a 28 de setembro de 2008.

SILVA, Fabricio Pereira da (2011). *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio.

TOUSSAINT, Eric (2009). Luces y sombras en la Venezuela bolivariana. *Rebelión*, 12 out. 2009.

ZEUSKE, Max (1985). Simón Bolívar, su posición en la historia y en la actualidad. In:

_____. *Interpretaciones y ensayos marxistas
acerca de Simón Bolívar*. Berlín: Akademie-
Verlag.